

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024495572/2025 - SAMA.UBE.AAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Considerando que a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, através da Unidade de Bem-estar e Proteção Animal é responsável pelo Programa Municipal de Proteção Animal, instituído por meio da Lei Complementar nº 360/2011, bem como pelo incentivo aos municípios pela adoção de animais e pelo gerenciamento do Centro de Bem-estar Animal. Considerando que a capacidade de atendimento do Centro de Bem Estar Animal encontra-se esgotada, não dispondo a Administração Pública Municipal de estrutura pública adequada e suficiente para o atendimento à demanda relacionada ao acolhimento animal no Município;

Identificou-se a necessidade de nova contratação por meio de Credenciamento de forma a haver instituições privadas com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Pública Municipal o Credenciamento para o acolhimento de no mínimo (dez) animais encaminhados pelo Centro de Bem Estar Animal – CBEA de Joinville, atendendo assim a demanda e a necessidades da municipalidade, tendo em vista que o Termo de Colaboração 0017289664/2023/PMJ findar-se-á em 10/06/2025, e por conta disso não receberá novos animais transferidos por essa Unidade.

Outrossim, há no Município o Termo de Contrato nº 1143/2023 cujo contrato tem por objeto a prestação de serviços veterinários, compreendendo atividades administrativas, transporte, microchipagem, castração, vacinação, e demais serviços a serem realizados pelo Centro de Bem Estar Animal, CBEA; sendo que todos os animais que são vítimas de atropelamentos, feridos e ainda vítimas de maus tratos são internados na clínica em questão caso a sua saúde esteja debilitada e necessite de tratamento médico veterinário.

Quando os municípios nos acionam solicitando ajuda para esses animais, sempre deixamos claro que a Unidade segue com a lotação máxima e que para o atendimento desse animal necessitamos que ele ou alguém próximo possa fornecer lar temporário após sua alta; e o que estamos encontrando grande dificuldade é que essas pessoas cumpram com a palavra que nos deram na hora de atender esse animal; muitos municípios em sua grande maioria, assim que o animal recebe a alta e entramos em contato para que possa marcar um horário para receber esse cão/gato de volta, o munícipe mostra resistência e arruma desculpas, alegando que não pode mais fornecer lar temporário ao animal. Ocasionalmente assim, em animais saudáveis de alta e que permanecem na clínica gastando o valor de diária de internação, pois não temos espaço disponível na Unidade para acolhê-lo.

A clínica em questão em seu Termo de Contrato tem previsto a realização de feiras de adoções, porém não está sendo efetivo essas feiras, tendo em vista que não há um volume alto de adoções e consequentemente não conseguimos retirar os animais das clínicas; Cabe ressaltar que a maioria dos animais que estão de alta na clínica são animais de grande porte, da raça pitbull, dos quais não há bom convívio com outros animais e até por vezes com o ser humano.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

Sendo assim, para 2024, que a presente contratação fora prevista no PCA para o ano de 2024, porém o mesmo não fora publicado, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

3.1 - Apresentar junto à Secretaria de Meio Ambiente - SAMA os seguintes documentos e certidões negativas:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- c) Certidão de Regularidade da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN;
- d) Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda;

- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- f) Alvará Sanitário;
- g) Alvará de Localização;
- h) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social-GFIP;
- i) Quadro Funcional (anexo);

3.2 A CREDENCIADA deve possuir um Médico Veterinário Responsável Técnico no quadro de colaboradores;

3.3 - Relatório do quadro de colaboradores fazendo constar nome, CPF, cargo e carga horária de trabalho;

3.4 - Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

Anota-se ainda que, não deverá ser admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto a **garantia de execução dos serviços**, considerando o objeto da contratação, bem como considerando que a licitação se dará por item (e não por valor global), para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto a **garantia dos serviços** em si, a(s) CREDENCIADA(S) deverá(ão) fornecer(em) garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, na execução dos serviços deverão ser atendidos:

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;
- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos com baixo consumo de energia elétrica;
- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos e acessórios que possam ser reutilizados.

No caso da presente contratação, as **sanções** administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital e Termo de Contrato.

Quanto aos **parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação**, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 50, X- da Instrução Normativa nº **03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A quantidade será definida conforme a necessidade da unidade, limitada somente ao orçamento específico.

Ressalta-se que a presente contratação trata-se de Credenciamento.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

Solução 1: Construção ou locação pela Municipalidade de um abrigo para albergagem dos animais;

Não é uma alternativa viável, tendo em vista que a Secretaria não possui orçamento e previsão de construir ou locar um abrigo para albergagem, tendo em vista que no ano de 2023 foi concluída a reforma do Centro de Bem Estar Animal, o qual teve ampliação de algumas vagas, porém como estamos atendendo uma demanda muito maior que no ano de 2023, o espaço disponível na Unidade não está conseguindo ser o suficiente para retirar os animais de altas nas clínicas.

Outrossim, cabe salientar que não possuímos mão de obra qualificada para a realização desse serviço, tendo em vista que nossa Unidade foi terceirizada e que todos os servidores foram transferidos, e que quem administra os serviços do Centro de Bem Estar Animal, incluindo a albergagem dos animais internos é a empresa Contratada.

Solução 2: - Chamamento público - Credenciamento

O chamamento público é um procedimento formal de seleção de prestadores de serviços/fornecedores realizado pela administração pública. As propostas são analisadas e selecionadas com base em critérios predefinidos, como capacidade técnica, experiência e adequação aos objetivos do programa.

Esta, se demonstra ser a alternativa mais viável, uma vez que agrega mão-de-obra qualificada, capacitada e em quantidade o suficiente para atender a demanda, bem como juntamente o fornecimento dos equipamentos, insumos e pessoal técnico qualificado para execução dos serviços.

Outrossim, o Credenciamento é mais vantajoso economicamente para a Prefeitura, tendo em vista que o valor do serviço em si é baseado nas fontes de preço, e uma vez credenciada a empresa, essa possui o prazo de 12 meses de contrato, sendo que próximo de findar-se, pode-se solicitar a emissão de novo contrato, não incidindo assim em eventuais reajustes anuais;

Solução 3: *Compra unificadas e compras compartilhadas em consórcios*

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, mesmo porque, por ser muito específico estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Pública Municipal o Credenciamento para o acolhimento de no mínimo (dez) animais encaminhados pelo Centro de Bem Estar Animal – CBEA de Joinville, em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de abrigo, alimentação, higiene, salubridade, segurança e bem estar animal até o momento de sua adoção.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 500.000,00.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras: Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Pública Municipal o Credenciamento para o acolhimento de no mínimo (dez) animais encaminhados pelo Centro de Bem Estar Animal – CBEA de Joinville, em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de abrigo, alimentação, higiene, salubridade, segurança e bem estar animal até o momento de sua adoção.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Com relação ao objeto da licitação, o mesmo não se encaixa em parcelamento, visto que trata-se de um credenciamento em que várias empresas podem habilitar-se, sendo que não faz sentido dividir os serviços, pois todas as empresas devem ter todos os serviços descritos no Termo de Referência, e o que ocasionaria problemas na gestão do contrato.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste termo.

Quanto a economicidade, ao realizar licitações é possível obter propostas mais competitivas, resultando em economia para os cofres públicos. No caso o Credenciamento é mais vantajoso economicamente para a Prefeitura, tendo em vista que o valor do serviço em si é baseado nas fontes de preço, e uma vez credenciada a empresa, essa possui o prazo de 12 meses de contrato, sendo que próximo de findar-se, pode-se solicitar a emissão de novo contrato, não incidindo assim em eventuais reajustes anuais;

Ao se contratar serviços especializados, a administração pública pode direcionar seus recursos humanos para atividades essenciais, aumentando a eficiência e a produtividade. As empresas especializadas possuem expertise na área, o que resulta em uma execução profissional e eficiente dos serviços. Ao contar com fornecedores qualificados e experientes, a administração pública pode reduzir os riscos de falhas ou imprevistos nos eventos, garantindo uma execução mais segura e eficaz.

Ao terceirizar, a Administração Pública pode otimizar a alocação de recursos humanos internos, utilizando sua equipe para atividades centrais enquanto especialistas externos lidam com as demandas específicas do evento.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Unidade de Bem Estar e Proteção Animal dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Existe obrigações similares ao Termo de Colaboração nº 0017289664/2023/PMJ, porém tratam-se de formas de execução e contratação distintas.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a Credenciada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3		Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3		Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser credenciado	Mitigar
4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2		Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
5	Pesquisa de mercado	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro processo de contratação	2		Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de contratação	Evitar

5	insuficiente	2	Atendimento certo e decoroso. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	5
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
9	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexecutável por parte da(s) Credenciada(s)	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3

Médio	conservação do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor(es) responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
	Elaborar Estudo	

					Classificação dos Riscos			
15	Credenciada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5	Alto	Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Memorial Descritivo que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir	
16	Credenciada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, podendo causar falhas nos eventos	3	Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir	
17	Descumprimento dos prazos de prestação dos serviços	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, prejudicando a realização dos eventos	4	Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir	
18	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3	Alto	Estar atento a empresa Credenciada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Credenciada Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir	
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto credenciado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1	Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar	
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1	Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar	
21	Credenciada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto credenciado (sem receber, a Credenciada pode suspender a prestação dos serviços)	2	Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Credenciada. Notificar a credenciada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir	

22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação da prestação dos serviços. Necessidade de uma nova contratação			5	Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a credenciada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir	
23	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total			3		Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a Credenciada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
24	Falência da empresa(s) Credenciada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total			4		Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
25	Divergência com a(s) Credenciada(s) sobre os serviços no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total			2		Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a credenciada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
						Risco Geral	Médio			
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos		
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição	
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.	
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.	
	Evento esperado de frequência reduzida.								Desenvolver e	

Provável	Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima

CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (Credenciamento de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Pública Municipal o Credenciamento para o acolhimento de no mínimo (dez) animais encaminhados pelo Centro de Bem Estar Animal – CBEA de Joinville, em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de abrigo, alimentação, higiene, salubridade, segurança e bem estar animal até o momento de sua adoção.) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Marchi Santos**, **Coordenador(a)**, em 13/02/2025, às 15:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Rodrigues da Silva**, **Coordenador(a)**, em 13/02/2025, às 15:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 14/02/2025, às 08:00, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024495572** e o código CRC **E072302F**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br